



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FINANCEIRA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



**A DIFUSÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS-PB**

Autora: Rosangela Pereira de Oliveira¹

Orientador: Bruno Ferreira Frascaroli²

Resumo

A educação financeira contribui para uma gestão de finanças pautada no planejamento eficiente. O objetivo desta pesquisa é fornecer algumas evidências empíricas sobre a relação entre o nível de conhecimento em educação financeira e o controle das finanças pessoais a partir de uma amostra de 52 servidores públicos da rede estadual no município de Cajazeiras-PB. Trata-se de um estudo de caso cujos dados foram coletados através de um instrumento criado para a ocasião. Ele é composto por 24 perguntas de múltipla escolha e escalonadas. Os resultados mostraram que 50% dos respondentes afirmam usar o 13º para quitar dívidas e 9,62% tem mais de 80% da renda mensal comprometida com prestações. Os servidores possuem alguns conhecimentos sobre finanças, contudo são insuficientes para uma gestão financeira pessoal de qualidade. Assim, é essencial a implantação de ações para disseminar a educação financeira entre os servidores.

Palavras-chave: Finanças; Planejamento; Endividamento; Educação financeira; Servidores públicos.

Abstract

The Financial Education contributes to a finance management based on efficient planning. The aim of this research is to provide some empirical evidence about the relationship between the level of knowledge in Financial Education and the control of personal finances from a sample of 52 public employees from state system in the city of Cajazeiras-PB. It means a case study whose data were collected through an instrument created for the occasion. It is composed of 24 multiple-choice and staggered questions. The results showed that 50% of respondents affirm to use the 13th to pay off debts and 9.62% have more than 80% of monthly income affected to instalments. Employees have some knowledge about finance; however, they are insufficient for quality personal finance management. Thus, it is essential the implementation of actions to disseminate Financial Education among the public employees.

Keywords: Finance; Planning; Indebtedness; Financial literacy; Public employees.

1 Introdução

O Conselho Nacional de Educação, doravante CNE, publicou em 22 de dezembro de 2017 a Resolução Nº 2. A mesma instituiu e orientou a implantação da Base Nacional

¹Mestra em Matemática pela Universidade Federal da Paraíba – (PROFMAT/UFPB). Professora aposentada da rede estadual de ensino. Professora da EMEIEF Matias Duarte Rolim e da Faculdade Santa Maria (Cajazeiras/PB). Email: rosangelamat19@hotmail.com

² Doutor em Economia. Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba.



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Comum Curricular (BNCC), que consta de definições pedagógicas obrigatórias para a Educação Básica. Ao longo dos anos tais definições vêm sendo estudadas e a partir do presente ano, 2020, acontece a sua implantação nas escolas públicas e privadas de todo Brasil para educação infantil e ensino fundamental. Portanto, as instituições de ensino devem estar adaptadas às normas da BNCC, sendo uma delas referente à educação financeira como habilidade obrigatória na grade escolar.

A Secretaria de Estado da Educação, da Ciência e Tecnologia da Paraíba (SEECT-PB), em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) e a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PacTcPB), considerando a necessidade de capacitar os professores da rede estadual de ensino para serem multiplicadores do conhecimento em educação financeira, criaram o Curso de Especialização em Educação Financeira (CEEFF). Curso este que contribuiu, de forma plena e dinâmica, para a qualificação dos docentes em todas as áreas do conhecimento.

O propósito **era** que professores capacitados possam estar aptos a disseminar o tema através do desenvolvimento das mais variadas atividades, não apenas entre os alunos, como também entre os pais e demais membros da comunidade escolar. Mesmo sendo a participação dos pais um entrave enfrentado pelas escolas, registram-se minicursos, oficinas e palestras para esse tipo de público. Deste modo, ao se trabalhar efetivamente a educação financeira com a comunidade escolar, contribui para a formação de cidadãos mais conscientes para o consumo e preparados para gerir suas finanças uma vez que estes adquirem habilidades financeiras e, segundo Kiyosaki (2001), ensinar estas habilidades são tão importantes quanto às acadêmicas. O desenvolvimento das habilidades financeiras é muito importante para a economia do país.

Contudo, sabe-se que não é costume nas famílias brasileiras o diálogo acerca de temas como dinheiro, orçamento familiar, e tópicos relacionados às finanças pessoais. Conforme Martins (2004) é considerável o número de pessoas que não abordam os referidos temas no seio familiar. Tem-se, em contraste, famílias despreparadas para as decisões financeiras, bem como para atuarem na educação financeira dos filhos, de modo a contribuir sobremaneira para o aumento no endividamento e, até mesmo, na inadimplência da população brasileira atualmente. Não obstante, a educação financeira constitui um campo necessário de intervenção educacional.

O funcionamento do dinheiro é desconhecido por grande parte dos pais como também dos educadores (SANTOS; SANTOS, 2005). Neste sentido, a primeira barreira esperada é a falta de atenção devida por parte dos próprios docentes, frente ao desconhecimento da importância do tema, que, por sua vez, mostra-se tão relevante. Inseridos nesta população não educada financeiramente se encontra um subconjunto de servidores públicos. O intuito é investigar como o mito da estabilidade do funcionalismo e outras características deste grupo de indivíduos pode facilitar a tomada de crédito, financiamento e contração de dívidas que, quando indevidamente utilizados, podem levar a perdas financeiras. D'Aquino (2008) assinala que o indivíduo, independente da sua idade, deve saber distinguir o que é necessário do que é supérfluo na hora de comprar, visto que sem essa distinção a organização financeira torna-se mais difícil.

De acordo com Santos e Santos (2005), a educação financeira é imprescindível para qualquer cidadão, jovem ou adulto, que nunca teve a oportunidade de educar-se financeiramente. Isto explica a necessidade de se discutir o assunto em todos os âmbitos, especialmente os formativos, de tal modo a promover bons hábitos com relação ao uso dos recursos financeiros. Ela ajuda no estabelecimento de metas, a conscientização quanto ao



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



comportamento financeiro e a criação e prática do planejamento com vistas à realização de sonhos que envolvam dinheiro (AEF – Brasil, 2013). Portanto, o objetivo de se fazer um planejamento financeiro não deve ser, tão somente, controlar as receitas e as despesas. A importância de se fazer um planejamento financeiro se dá, ainda, pelo prisma da manutenção do padrão de vida conquistado (CERBASI, 2004). Há também a possibilidade de atingir um novo objetivo financeiro, que só é possível através da aplicação adequada de recursos, como resultado do conhecimento do mercado e dos diversos tipos de investimentos financeiros disponíveis.

O crescimento do número de brasileiros com contas atrasadas é crescente. Em novembro de 2019 a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) divulgaram os resultados de uma pesquisa mostrando que o volume de consumidores brasileiros com contas em atraso cresceu 1,58% no mês anterior na comparação com igual período do ano 2018 sendo que a maior parte das dívidas (53%) em aberto no país está ligada a instituições financeiras (CNDL; SPC Brasil, 2019). Estas mesmas organizações em fevereiro deste ano publicaram os resultados de uma pesquisa mostrando que a inadimplência entre os brasileiros teve um crescimento em janeiro de 1,38% em relação a dezembro de 2019. Com esse percentual de aumento o Brasil passou a ter cerca de 61,3 milhões de consumidores inscritos em cadastros de devedores o equivalente a 39% da população adulta (CNDL; SPC Brasil, 2020).

Diante de tais pressupostos surgem questionamentos, tais como: o endividamento financeiro pode afetar a qualidade do serviço e o desempenho dos funcionários de uma instituição pública? Como um programa de educação financeira pode contribuir para mudar o comportamento do servidor público do estado da Paraíba em relação a dinheiro? É possível, assim, formular a hipótese de que a falta de conhecimentos em temas relacionados ao dinheiro, seu funcionamento e especificidades, concomitante ao aumento na oferta de crédito, possibilita ao servidor público a aquisição de dívidas. Além disso, o servidor que não conseguir administrar suas próprias finanças de forma exitosa, provavelmente não terá condições de educar financeiramente seus filhos.

Um servidor público demasiadamente endividado pode faltar para ir renegociar dívidas em banco ou parcelas atrasadas em loja, por exemplo; por estar altamente pressionado e desmotivado com o emprego, achando que não ganha o suficiente para viver no padrão de vida que lhe satisfaz. E ainda se deve levar em consideração o presenteísmo: a produtividade na plenitude da sua capacidade quando o funcionário está no local de trabalho. Assim, tanto o absenteísmo quanto o presenteísmo acarretam prejuízos para o governo do estado da Paraíba, quer sejam financeiros ou não, cada um afetando as instituições de formas diferentes.

Desta forma este trabalho se justifica pela necessidade de um estudo mais aprofundado acerca do controle financeiro pessoal e a forma de cada servidor cuidar de suas decisões financeiras. Com a realização deste estudo tem-se uma oportunidade de averiguar a qualidade de vida do indivíduo, considerando o nível de endividamento, uma vez que pessoas endividadas tendem a se preocupar em excesso com a situação, acarretando problemas comportamentais, abalando o relacionamento familiar, a vida social e a saúde emocional. A pesquisa justifica-se, ainda, por não haver muitas pesquisas científicas que mostrem de que forma a educação financeira pode beneficiar o processo de produção dentro de uma organização.

O presente artigo tem como objetivo fornecer algumas evidências empíricas sobre a relação entre o nível de conhecimento em educação financeira e o controle das finanças pessoais de uma amostra de 52 servidores públicos da rede estadual no município de



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Cajazeiras-PB. Ao refinar esse objetivo, originaram-se os específicos: investigar os hábitos relativos ao planejamento financeiro pessoal; verificar o nível de endividamento dos servidores; constatar a influência do endividamento, se confirmado, na qualidade do desempenho no trabalho desses profissionais; perceber o nível de conhecimento em educação financeira; identificar se as repartições públicas estaduais de Cajazeiras têm programas de educação financeira para seus funcionários.

Espera-se, com esta pesquisa, contribuir para a compreensão que a disseminação da educação financeira é importante para a comunidade escolar e a sociedade em geral. Deseja-se, ainda, fomentar pesquisas futuras na área de finanças pessoais com funcionários do estado da Paraíba, além de inovar com o estudo dessa temática em organizações públicas na cidade na cidade de Cajazeiras–PB.

Quanto à estrutura o artigo está dividido em cinco seções. A seção 1 trata-se desta introdução a qual apresenta os problemas da pesquisa, as hipóteses, a justificativa e, objetivos. A seção 2 expõe a literatura que dar suporte às discursões sobre educação financeira e planejamento financeiro pessoal bem como sua inserção nas organizações públicas. A seção 3 aborda os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos definidos para a pesquisa, enquanto na seção 4 são apresentados os resultados e discussões por meio de tabelas, gráficos e as respectivas análises. Por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais a respeito do estudo desenvolvido.

2 Revisão de Literatura

2.1 Educação financeira e suas contribuições para o planejamento financeiro pessoal

Segundo Cerbasi (2010), dívida é o meio de uso dos recursos financeiros de outrem com pagamento de juros. Por conseguinte, endividamento é uma ação de antecipação de proventos que permite ao indivíduo o usufruto de bens e serviços (MELLO, 2011). Sendo assim, no momento em que uma dívida é efetivada o consumidor instantaneamente torna-se endividado. Na visão de Marques e Frade (2004), o sobre-endividamento ou superendividamento acontece quando o devedor não consegue quitar todas as contas no tempo previsto. Quando a dívida não é quitada, o indivíduo antes endividado torna-se inadimplente (CNDL; SPC Brasil; Meu Bolso Feliz, 2016).

A falta de instrução financeira faz com que os cidadãos tomem decisões precipitadas sobre dinheiro e acesso aos demais serviços financeiros, o que provoca o sobre-endividamento e a inadimplência. Importante se faz considerar que o número de dívidas em atraso só cresce no Brasil, conforme dados apresentados na pesquisa da CNDL e SPC Brasil (2020) supramencionada, o que acarreta juros e dificulta ainda mais a organização das finanças pessoais, além de diminuir a capacidade de investimento do país e, conseqüentemente, seu desenvolvimento.

De acordo com AEF – Brasil (2013) planejamento financeiro é o processo de registro e análise da situação financeira em relação as receitas e as despesas considerando, inclusive, as categorias fixa e variável, com vistas à realização de sonhos que envolvam dinheiro. No planejamento financeiro pessoal a primeira etapa de orientação é o diagnóstico da real situação econômico-financeira do indivíduo, o qual mostra nitidamente se a gestão financeira é eficaz. Através do planejamento financeiro, as pessoas conseguem ter disciplina para controlar e organizar tudo que ocorre no âmbito das finanças, desde suas despesas até seus investimentos. De acordo com Cerbasi (2009), o aperfeiçoamento da organização financeira



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



se traduz em menos dúvidas na hora de fazer escolhas de consumo e de investimentos. Assim, desenvolver a capacidade de analisar e escolher a partir de critérios coerentes e conscientes, diferenciando o que é necessário do que é supérfluo, é muito importante para o controle dos gastos (PREGARDIER, 2015).

Sendo o planejamento financeiro uma ferramenta essencial para controlar as despesas, é imprescindível que cada servidor público procure adquirir um conhecimento aprofundado sobre o assunto. Por conseguinte, é legítima a importância de entidades públicas procurarem ajudar seus funcionários, com orientações, palestras e cursos, que os faça refletir sobre sua vida financeira e como usufruir de seu dinheiro de uma maneira saudável. Ao se planejar financeiramente o trabalhador organiza-se para a realização de objetivos, tais como adquirir bens, realizar sonhos e, até mesmo, se preparar para a aposentadoria (COUTINHO; PADILHA; KLIMICK, 2015).

Lusardi (2006) enfatiza que os programas de pensão do governo em vários países virão sob forte pressão devido a alterações e ressalta, ainda, a necessidade de planejamento de aposentadoria. No Brasil as novas regras da previdência entraram em vigor em 13 de novembro de 2019 apresentando uma série de modificações, e uma delas diz respeito a idade mínima e tempo de contribuição para se aposentar. Em âmbito nacional as mudanças já estão ocorrendo, cabendo agora aos estados e municípios adotarem regimes próprios da previdência social que sejam adequados às normas exigidas. O estado da Paraíba também já aprovou as suas propostas no poder legislativo.

Segundo uma pesquisa anual da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC) o pagamento de dívidas foi o destino do 13º salário de 81% dos assalariados em 2015. Em relação ao ano de 2014 houve um aumento de 9,46% no percentual de consumidores com esse objetivo (ANEFAC, 2016). A falta de planejamento financeiro provoca o uso, de forma incorreta, do 13º salário por parte do trabalhador. Registra-se que em alguns casos o servidor público, ao dispor de uma linha de crédito, antecipa o valor que tem a receber referente ao seu 13º salário, e ao invés de usufruir de todo dinheiro abre mão de uma parte, destinada ao pagamento de juros, para realizar despesas extras e, às vezes, desnecessárias.

A Associação Brasileira de Educadores Financeiros (ABEFIN) divulgou uma pesquisa sobre a saúde financeira dos trabalhadores brasileiros. Os resultados mostram que apenas 16% dos colaboradores ouvidos conseguem pagar suas contas com o salário mensal e planejam seus gastos com antecedência. Essa mesma pesquisa mostra, ainda, que quando perguntado aos 2000 funcionários “se você perdesse seu emprego hoje e deixasse de receber seu salário, por quanto tempo você se manteria?” Apenas 8% disseram que conseguem viver até 5 anos, 36% acreditam que viveriam um ano e meio, e 56% acreditam que sobrevivem por alguns meses (ABEFIN, 2018).

Uma pesquisa realizada de forma conjunta entre o Banco Central do Brasil (BCB), a CNDL e o SPC Brasil, em janeiro de 2019, retrata que 50,3% dos entrevistados afirmam que uma pessoa endividada tem contas em atraso, enquanto 28,8% julgam tratar-se de uma pessoa que está com o nome registrado no SPC e/ou na Centralização de Serviços dos Bancos (SERASA). Apenas 14,6% apontam, corretamente, que alguém endividado tem o pagamento de parcelas a vencer de compras realizadas a prazo ou de empréstimos feitos. Dados dessa pesquisa também mostram que 87,8% mudaram a forma de administrar os gastos depois de ficarem com o nome sujo, e apenas 8,9% não o fizeram (BCB; CNDL; SPC Brasil, 2019). Outra pesquisa divulgada em setembro de 2019 a CNDL e o SPC Brasil apontam que 67%



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



dos brasileiros não têm reservas financeiras, ou seja, não conseguem poupar nenhuma parte de seus rendimentos mensais (CNDL; SPC Brasil, 2019).

Na perspectiva de Ligocki (2015), o dinheiro faz parte do cotidiano, de modo que o desenvolvimento da inteligência financeira permite usufruir e valorizar as coisas realmente importantes, superar desafios financeiros e aproveitar oportunidades com mais segurança e conforto ao longo da vida, possibilitando, ainda, independência financeira a partir de atitudes simples e conscientes. As emoções e convicções que embasam o comportamento concernente às finanças compreendem a autoconsciência (GOODMAN, 2008). É importante que cada indivíduo se sensibilize quanto à organização e autorresponsabilidade do seu planejamento financeiro revisitando-o constantemente para garantir que as ações estejam de acordo com o que foi planejado.

2.2 A inserção da educação financeira nas organizações públicas e seus principais benefícios

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresenta uma pesquisa de 2003 realizada na Alemanha pelo Commerzbank AG, a qual revelou que 80% dos entrevistados se sentiam confiantes quanto à sua compreensão nas questões financeiras, enquanto apenas 42% foram capazes de responder corretamente a metade das questões pertinentes à pesquisa. De forma semelhante, 67% dos entrevistados de uma pesquisa australiana indicaram que tinham compreensão do conceito de composição de juros, contudo, apenas 28% foram capazes de responder corretamente a uma pergunta testando esse conceito (OCDE, 2005). O excesso de confiança no conhecimento financeiro pode ser um impedimento à procura de aconselhamento profissional, aumentando a "falta de conhecimento" (LUSARDI, 2006).

Nesse sentido, a inserção da educação financeira nas instituições de trabalho proporciona condições para que os funcionários descubram suas fragilidades em termos de conhecimento financeiro e aprendam, de forma correta, com as pessoas capacitadas ao participar efetivamente das ações desenvolvidas. As pesquisas existentes, ainda em número reduzido, tratam da implantação de programas de educação financeira para colaboradores das empresas privadas. Contudo, o que se deve levar em consideração é o ser humano e o profissional em questão, porém dentro das especificidades exigidas para cada setor: público ou privado. Difundir a educação financeira entre os servidores vai além da disseminação do conhecimento, envolve também um olhar profundo para o ser humano, seu comportamento e suas decisões. [Outrossim, na visão de Martins \(2011\), existe o tripé das finanças pessoais: como ganhar, como gastar e como investir e o funcionário público necessita de instruções financeiras para administrar a forma de como gastar e como investir uma vez que tem assegurada sua renda mensal.](#)

[Sob a ótica das finanças, o crédito é compreendido como a disponibilidade de recursos financeiros aos cidadãos para pagamentos de despesas, investimentos, financiamentos e aquisição de bens \(CVM Educacional; CVM; Escola de Educação Financeira, 2018\). Portanto, o crédito é o responsável por empréstimos e financiamentos concedidos a todos os agentes e setores na economia.](#) Os brasileiros dispõem de vários meios para conseguir dinheiro, por conseguinte o funcionário público da Paraíba. As facilidades imediatas dos pagamentos com cartões de crédito, de débito, o limite do cheque especial e o [empréstimo consignado](#) são alguns exemplos. Sendo assim, o risco de endividamento é preeminente. Conforme Lopes e Rollemberg (2017), sem reflexão sobre os hábitos de consumo os cidadãos



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



acabam gastando além do permitido por sua renda mensal, chegando ao endividamento. A falta de sensibilidade sobre educação financeira pode acarretar uma má administração do dinheiro, prejudicando a rotina familiar e social, como também o desempenho profissional. Aprender a lidar com as finanças pessoais é um bom argumento para a inserção da educação financeira no cotidiano dos funcionários públicos e, de posse desses conhecimentos, educar financeiramente os filhos, será uma tarefa mais fácil.

Nas aulas de matemática, faz-se cálculos, mas não se aprende alguns conteúdos práticos de primeira ordem. De acordo com Kiyosaky (2011), falta experiência com o mundo real. Conforme Santos e Santos (2005), a matemática financeira aliada à educação financeira deixa de ser apenas um conteúdo e passa a ser um instrumento de elaboração de estratégias para controlar gastos e gerar rendas. **Com o domínio dos conhecimentos sobre juros compostos, por exemplo, entende-se que o futuro é previsível: necessita apenas saber usar o tempo e as taxas de forma adequada.** A educação financeira subsidia a distinção entre uma dívida boa e uma ruim.

Na perspectiva de Hanson (2007), **dívida boa gera dinheiro e contribui com o crescimento do patrimônio pessoal e financeiro: assegura uma renda futura. Dívida ruim trata-se, principalmente, de compras para consumo com pagamento de juros reduzindo assim o patrimônio líquido.** Um indivíduo com dívidas ruins pode ficar psicologicamente afetado acarretando falta de sono e, conseqüentemente queda de produtividade, etc. O trabalhador endividado tende a ficar ansioso para solucionar o problema e acaba desconcentrando-se das atividades no trabalho (MASSARO, 2010).

De acordo com Sousa e Torralvo (2008), algumas pessoas, quando estão com faturas atrasadas do cartão de crédito ou devendo ao banco, tendem a mudar o comportamento, ficando impacientes ou tristes, o que pode afetar diretamente as relações familiares e profissionais. Desta forma, a qualidade de vida está diretamente ligada à boa saúde financeira. Muitas pessoas, quando estão endividadas, trabalham mais, fazendo o chamado trabalho temporário, popularmente conhecido como “bico”, às vezes, faltam ao emprego formal por estarem cansadas: acontece o absenteísmo. Os servidores públicos, caso estudado nesta pesquisa, precisam manter o orçamento financeiro equilibrado para viverem de forma saudável.

Um servidor livre de endividamento foca nos serviços que presta e não se ausenta do trabalho para resolver problemas financeiros. A pesquisa sobre o estresse relacionado ao atendimento ao público apresentou o questionamento dos fatores individuais que influenciam o estresse. Dentre os fatores sugeridos o problema financeiro teve 47% da votação sendo o preferido pelos entrevistados (PACHECO; ROSA, 2016). É imprescindível que o funcionário, seja público ou da iniciativa privada, tenha satisfação e motivação com o ambiente de trabalho.

O estado da saúde financeira do indivíduo influencia em suas diversas relações, percebe-se a importância do planejamento financeiro para o bem-estar no ambiente de trabalho e nas relações particulares (SOUSA; TORRALVO, 2008). Assim, além da capacidade de poupar, a de saber consumir também é importante para uma gestão financeira ser considerada saudável. Segundo Halfeld (2008), não adianta apenas poupar, saber aplicar em fundos de investimentos os recursos é essencial, tanto para o indivíduo quanto para a economia de um país.

Nesse contexto, pode-se afirmar que, ao participar de um programa em educação financeira, o trabalhador se beneficia tanto em sua vida pessoal quanto familiar. Ao se combater a causa do problema financeiro desfaz-se o ciclo de gerações endividadas e



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FINANCEIRA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



contribui para a construção de uma geração de pessoas com educação e independência financeira. Não se trata de uma tarefa fácil, uma vez que mexe com emoções, e como estas fazem parte da personalidade de cada indivíduo, modificá-las é um processo a médio e longo prazo e perpassa alguns sofrimentos (MARTINS, 2011). Indivíduos capazes de administrar bem as finanças pessoais podem ter um equilíbrio maior em suas vidas, o que representa um ganho de desempenho e de produtividade no trabalho.

A OCDE (2005) discorre sobre os princípios e boas práticas de educação e conscientização financeira e o terceiro princípio diz respeito aos programas de educação financeira e o incentivo para sua implantação. Sendo assim, investimentos em workshops, oficinas, cursos, palestras dentre outras ações são essenciais para os funcionários e organizações. O Quadro 1 mostra os benefícios para ambos:

Quadro 1 – Benefícios da implantação de programas de educação financeira nas empresas

Benefícios para todos	
Empresa	Colaboradores
Diminuição do absenteísmo e presenteísmo	Equilíbrio e motivação profissional
Redução de rotatividade	Redução de estresse no trabalho
Maior produtividade do capital humano	Melhor qualidade de vida
Alívio da pressão financeira sobre os Recursos Humanos	Garantia de uma aposentadoria sustentável
Contribuição positiva para o clima organizacional	Melhor administração do salário
Diminuição e conscientização com relação aos gastos da empresa	Colaborador e família valorizam mais a realização de sonhos

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

De tal modo, investir na reeducação financeira é mais uma ferramenta que a empresa pode utilizar em prol da qualidade de vida dos trabalhadores. O mesmo pode acontecer com os governos: investir na reeducação dos servidores públicos. Segundo Kappler e Lusardi (2019), a inserção de educação financeira no local de trabalho é uma forma de promover os conhecimentos entre a população adulta sobre finanças e discutir novos temas relacionados ao mercado financeiro. Para que a inserção da educação financeira nas organizações públicas seja realizada é necessário identificar qual é a atual situação financeira dos trabalhadores certificando-se dos seus anseios e até mesmo, se possível, integrar a família nas discussões. É fundamental desmistificar o conceito de educação financeira, promovendo uma mudança nos hábitos e nos costumes dos servidores públicos em relação ao uso do dinheiro.

3 Procedimentos Metodológicos

Considerando-se os critérios de classificação proposto por Vergara (2013), esta pesquisa pode ser classificada em descritiva, bibliográfica, explicativa e aplicada a um estudo de caso. A pesquisa descritiva busca descrever a realidade de determinada população; a explicativa esclarece fatores que contribuem para a ocorrência de um determinado fenômeno, e a aplicada motiva-se pela necessidade de resolver problemas concretos. O estudo de caso toma-se de uma ou poucas unidades para investigação (pessoas, grupos, organizações), buscando um detalhamento para o tema pesquisado e sugere novas investigações.



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FINANCEIRA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



Este estudo fez uma mensuração dos dados observados seguindo orientações de Cooper e Schindler (2011) e para isso **foi construído um instrumento (Apêndice A)**. A coleta foi realizada utilizando tal instrumento, isto é, um questionário estruturado, contemplando 24 perguntas fechadas de múltipla escolha e escalonadas **construídas a partir da escala de Likert**. Segundo Vieira (2009) trata-se de um conjunto de questões relacionadas ao tema e que possibilita atingir os objetivos da pesquisa. **Com vistas à imparcialidade não ocorreu interferência durante a aplicação do questionário**. Em relação à atuação ou postura, a entrevistadora procurou deixar o respondente à vontade para que não se sentisse constrangido e respondesse livremente aos questionamentos propostos. O contato mais próximo foi estabelecido previamente no momento da assinatura do termo de consentimento (Apêndice B). A aplicação ocorreu no mês de janeiro de 2020. O Quadro 2 ajuda a esclarecer aspectos sobre as questões elaboradas para o instrumento:

Quadro 2 – Motivos para a interpelação

Questionamento	Motivação
1. Controle dos gastos 2. Compra no supermercado 3. Comportamentos em termos de compras 4. Uso do 13º salário 5. Manutenção do atual padrão de vida em caso de não recebimento de salário 6. Percentual da renda líquida poupada mensalmente	Investigar os hábitos relativos ao planejamento financeiro pessoal verificando se o servidor tem disciplina em relação a compras e controla suas finanças sem negligenciar o uso de reservas para eventuais emergências futuras.
7. Percentual da renda líquida comprometida com dívidas 8. Nível de endividamento 9. Possui compras parceladas 10. Já tive que renegociar prestações/dívidas 11. Uso do crédito para aumentar a renda mensal	Verificar o nível de endividamento dos servidores fazendo um diagnóstico da situação financeira e reconhecer se existe equilíbrio orçamentário.
12. Influência da situação financeira no trabalho 13. Dívidas atrapalham a concentração no trabalho 14. Já passei noites de sono perdidas por causa de dívidas 15. Faltei ao trabalho para renegociar dívidas 16. Nível de estresse levando em consideração as finanças	Constatar se o endividamento influencia na qualidade do desempenho das funções e se problemas financeiros acarretam em faltas ao trabalho.
17. Nível de conhecimento em Educação Financeira 18. Tenho capacidade de administrar minhas finanças pessoais 19. Converso sobre decisões financeiras com amigos e familiares	Perceber o nível de conhecimento em Educação Financeira para relacionar com o nível de endividamento.
20. Instituição de trabalho oferece programa de Educação Financeira	Identificar se as repartições públicas de Cajazeiras têm programas de Educação Financeira para seus funcionários.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O cenário da pesquisa compreende a cidade de Cajazeiras–PB, distante 468 km da capital João Pessoa. Segundo dados da Plataforma QEdU o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2017 atingiu 3,5 para os anos finais do ensino fundamental, todavia ficou abaixo da meta que era 4,1(QEdU, 2017). O município pertence à mesorregião



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



do Alto Sertão Paraibano, ocupando uma área de aproximadamente 566 km². É o sétimo estado mais populoso da Paraíba e contava com 61.993 habitantes em 2019. [Em 2017, o salário médio mensal era de 1.7 salários mínimos](#), conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A economia da cidade é voltada para a prática do comércio e a prestação de serviços. Cajazeiras apresentava o Produto Interno Bruto (PIB) per Capita em 2017 de R\$17.623,96. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Cajazeiras era de 0,679 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribuiu para o IDHM é longevidade, com índice de 0,815, seguida de renda, com índice de 0,668, e de educação, com índice de 0,574, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

A população pesquisada constituiu-se de 52 funcionários públicos do estado da Paraíba selecionados de forma aleatória e assim distribuídos: 2 da Secretaria da Fazenda (Coletoria Estadual); 2 do Judiciário (Fórum Ferreira Júnior); 3 da Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER) vinculada à Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca; 11 da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA); 3 da Secretaria da Segurança e Defesa Social; 08 da Secretaria da Administração Penitenciária; 11 da Secretaria de Saúde e 12 da Educação. Em se tratando das instituições o critério para a definição da amostra foi o modelo não probabilístico acidental ou por conveniência que, para Bruni (2011), os elementos desse tipo de amostragem são escolhidos por serem os mais acessíveis.

[Os fatores que estimularam a escolha da população pesquisada foram a estabilidade funcional, facilidade ao crédito e a contribuição do funcionário público para o aquecimento da economia local em virtude da cidade ter uma grande dependência da renda dos servidores tanto da esfera municipal, estadual e federal.](#)

4 Resultados e Discussões

O perfil dos funcionários públicos pesquisados foi traçado a partir da aplicação do questionário. Apresentam-se, na Tabela 1, as características pessoais dos respondentes.

Tabela 1 – Perfil sócio demográfico dos funcionários

Variáveis	Alternativas	Frequência Relativa (%)
Idade	Até 25 anos	1,92
	De 26 a 30 anos	11,54
	De 31 a 53 anos	13,46
	De 36 a 40anos	19,23
	De 41 a 45 anos	21,15
	De 46 a 50 anos	9,62
	De 51 a 55 anos	7,69
	De 56 a 60 anos	5,77
	Mais de 60 anos	9,62
Gênero	Masculino	59,62
	Feminino	40,38
	Solteiro (a)	32,69
	Casado (a)	53,85



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Estado Civil	Separado(a)/Desquitado(a)/Divorciado(a)	5,77
	Viúvo (a)	0
	Outro	7,69
Escolaridade	Não estudei	0
	Ensino Fundamental incompleto	1,92
	Ensino Fundamental completo	5,77
	Ensino Médio incompleto	5,77
	Ensino Médio completo	17,31
	Ensino Superior incompleto	13,46
	Ensino Superior completo	21,15
	Especialização	34,62
	Mestrado	0
	Doutorado	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 1, a faixa etária com maior frequência é de 41 a 45 anos com 21,15%. Evidencia a pesquisa que 9,62% tem mais de 60 anos e ainda estão exercendo suas funções, sem ter recorrido à aposentadoria. Sabe-se que algumas categorias de servidores do estado da Paraíba, ao se aposentarem, perdem certas vantagens, e rendimentos indiretos. O gênero masculino representa um percentual de 59,62% da amostra, enquanto o feminino é de 40,38%. Quanto ao estado civil, verifica-se uma predominância de pessoas casadas, 53,85%. No que se refere à escolaridade 21,15% tem o ensino superior completo e 34,62% da amostra possui especialização na sua área de atuação, demonstrando que a busca por qualificação está cada vez maior no setor público. **Vale ressaltar que o tempo médio para responder o questionário foi de 20 minutos sendo que as pessoas mais jovens e/ou com o nível de escolaridade mais elevado demoraram um tempo relativamente menor.** A fim de investigar os hábitos relativos ao planejamento financeiro pessoal, os participantes foram questionados sobre o controle dos gastos, sendo os dados coletados dispostos no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Controle dos gastos



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Observa-se que 3,85% dos amostrados não possuem controle em relação aos gastos: não anotam as entradas e saídas de dinheiro; 44,23% procuram manter certo controle, contudo sem fazer anotações, enquanto 51,92% declaram ter total controle dos gastos, revisando a

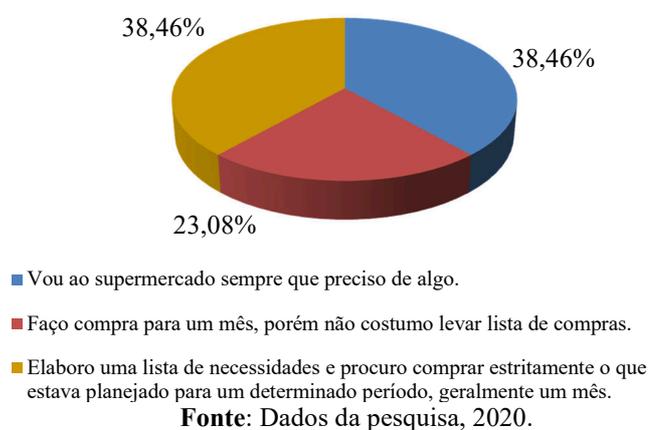


CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



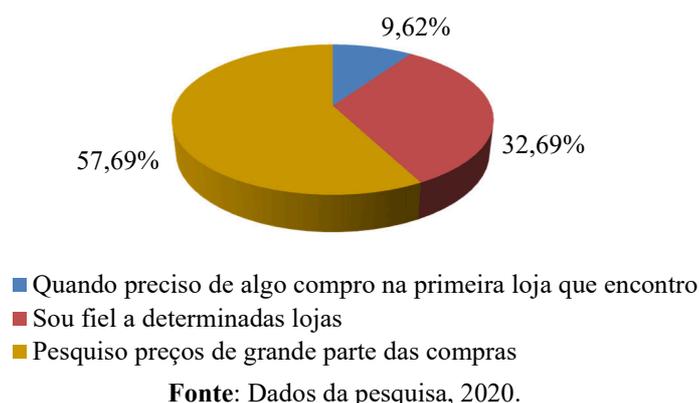
planilha do planejamento periodicamente. Esses resultados merecem uma atenção especial, visto que quase metade dos respondentes não faz um controle das despesas e receitas. Confrontando os dados obtidos com a pesquisa da ABEFIN (2018), apresentada na literatura, constata-se uma discrepância significativa: esta pesquisa mostrou que apenas 16% dos colaboradores planejam os gastos com antecedência. Reafirmando que os trabalhadores precisam aprender a controlar os gastos. Em se tratando de planejamento sobre os mecanismos de compras no supermercado o Gráfico 2 exibe os resultados.

Gráfico 2 – Compras no supermercado



Os dados da pesquisa revelam que 38,46% dos respondentes visitam o supermercado sempre que precisam de algo; 23,08% com certa regularidade de tempo, porém não fazem uso de uma lista de compras e 38,46% se programam para ir ao supermercado de posse de uma lista de compras em mãos. Os resultados indicam que 61,54% da população pesquisada estão fazendo compras de forma desestruturada, evidenciando uma falta de planejamento. Dos 51,92% que responderam ter total controle dos gastos, 22,22% responderam que vão ao supermercado sempre que precisam de algo, e 18,52% fazem compras para o mês, porém não costumam levar listas. O total de 40,74% (11 pessoas) demonstram atitudes não condizentes para quem realmente faz um planejamento financeiro. Os servidores amostrados também foram indagados a respeito do comportamento em termos de compras em geral. O Gráfico 3 indica os resultados.

Gráfico 3 – Comportamento em termos de compras





CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



O comportamento em termos de compras, de uma forma generalizada, evidencia que 9,62% dos participantes afirmam comprar na primeira loja que encontram o artigo desejado; 32,69% se mostram fiéis a determinadas lojas e 57,69% pesquisam preços de grande parte das compras através de anúncios, telefonemas e visitas a diversos estabelecimentos. Dos 51,92% que responderam ter total controle dos gastos em relação ao comportamento em termos de compra, 3,70% compram na primeira loja que encontram o produto almejado, enquanto 33,33% costuma, sempre comprar nas mesmas lojas sem pesquisar preços.

Logo, das 27 pessoas que responderam ter controle sobre os gastos, 10 apresentam comportamentos de pessoas não educadas financeiramente em relação às compras. A literatura discorre sobre uma pesquisa da ANEFAC (2016), a qual mostra que em 2015 a porcentagem dos trabalhadores que destinou o 13º salário para pagamento de dívidas foi de 81%, com ligeiro crescimento em relação a 2014. O Gráfico 4 apresenta os resultados sobre o uso do 13º salário por parte dos funcionários entrevistados.

Gráfico 4 – Uso do 13º salário



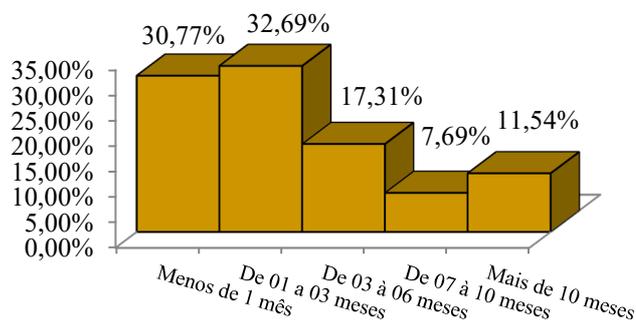
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

De acordo com os resultados apresentados 1,92% da amostra de servidores públicos compram presentes; 13,46% investem o valor integral do 13º, enquanto 19,23% investem apenas cerca de 20%, e 15,38% utilizam para viagem. Nesta pesquisa, 50% dos servidores responderam que pagam dívidas, o que demonstra consonância com a pesquisa da ANEFAC (2016), e a real necessidade de um realinhamento quanto ao planejamento financeiro por parte dos participantes desta pesquisa. Eles também foram inqueridos sobre o tempo de manutenção do atual padrão de vida utilizando apenas as economias. Os dados coletados são expostos no Gráfico 5:

Gráfico 5 – Manutenção do atual padrão de vida em caso de não recebimento de salário



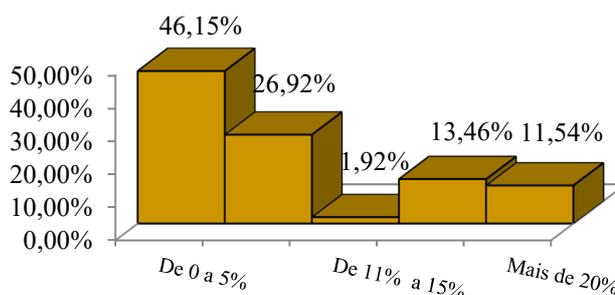
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Diante dos dados apresentados, tem-se que 63,46% dos pesquisados manteriam o atual padrão de vida, no máximo, por 3 meses, caso deixassem de receber o salário mensal. Isso comprova que a maioria dos servidores não dispõe de uma reserva financeira de segurança. O hábito de planejar, se existe, conforme 51,92% afirmaram, diz respeito tão somente ao controle de entrada e saída dos recursos, mas não ao acúmulo de reservas emergenciais. De acordo com a pesquisa da ABEFIN (2018), explanada na seção de literatura, 56% dos pesquisados sobreviveriam por alguns meses. Os resultados estão em consonância e, mais uma vez, demonstram a importância de se fazer um planejamento financeiro detalhado e com uma visão no futuro. Seguindo na abordagem literária foi mencionada a pesquisa realizada pela CNDL e o SPC Brasil (2019), mostrando que 67% dos brasileiros não conseguem poupar. Os servidores de Cajazeiras também foram indagados acerca de tal aspecto, sendo os resultados exibidos no Gráfico 6:

Gráfico 6 – Percentual da renda líquida poupada mensalmente



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

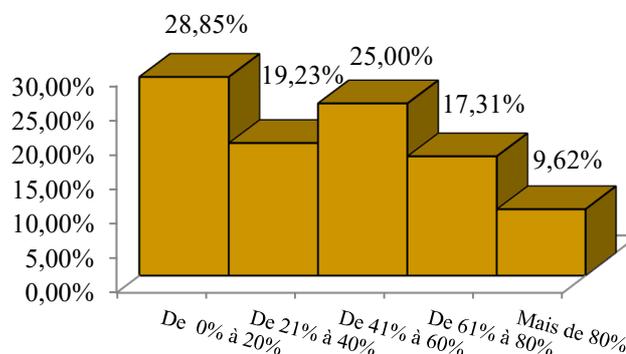
Quando questionados sobre a percentagem da renda líquida poupada mensalmente, os dados obtidos apontam que 46,15% dos entrevistados conseguem poupar até 5%. Uma minoria dos respondentes, 11,54%, poupa mais de 20%. Conforme os resultados dessa pesquisa os funcionários públicos de Cajazeiras também têm dificuldade para construir uma reserva financeira. Para verificar o nível de endividamento dos servidores algumas abordagens foram feitas. A primeira refere-se ao percentual da renda líquida comprometida mensalmente com dívidas, cartões de crédito, carnês de loja, empréstimo pessoal e prestações de financiamentos. O Gráfico 7 expõe os resultados:



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



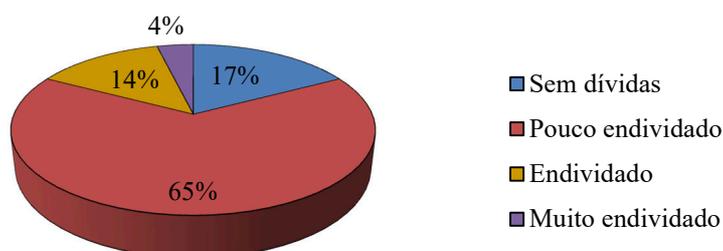
Gráfico 7 – Percentual da renda líquida comprometida com dívidas



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Dos pesquisados 71,15% compromete mais de 20% da renda líquida mensal com dívidas. O número mais inquietante é que 9,62% destinam mais de 80% da renda líquida para pagamento de dívidas. Dos 27 pesquisados (51,92%) que responderam ter total controle com gastos, 12 estão na faixa de 41% a 80% da renda comprometida. Esse alto comprometimento com obrigações e prestações pode indicar o hábito de comprar por impulso visto que antes mesmo de receber o salário, o dinheiro já está quase todo comprometido. A segunda abordagem refere-se ao nível de endividamento dos respondentes. O Gráfico 8 apresenta os dados obtidos.

Gráfico 8 – Nível de endividamento



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Quanto ao atual nível de endividamento, 17,31% afirmam não possuírem dívidas; 65,38% consideraram-se pouco endividados, ao passo que 13,46% se autodenominam como endividados e 3,85% apenas, muito endividados. Confrontando os resultados da pesquisa, percebe-se que os funcionários não entendem o significado de endividamento. Basta observar que 9,62% (5 pessoas) responderam ter mais de 80% da renda líquida comprometida com dívidas e apenas 2 destas pessoas asseguram estarem muito endividadas. Visando melhor verificar o nível de endividamento dos servidores mais três questionamentos foram formulados. Estes e outros que atendem aos demais objetivos da pesquisa estão apresentados na Tabela 2 com seus respectivos resultados.



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FINANCEIRA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



Tabela 2 – Questionamentos e resultados da pesquisa

Questionamento	Discordo completam.	Discordo um pouco	Nem concordo, nem discordo	Concordo um pouco	Concordo plenam.
1. Posso comprar parceladas	7,69%	15,38%	11,54%	38,46%	26,92%
2. Já tive que renegociar prestações/dívidas	34,62%	7,69%	11,54%	26,92%	19,23%
3. Uso do crédito para aumentar a renda mensal	53,85%	7,69%	17,31%	15,38%	5,77%
4. Influência da situação financeira no trabalho	40,38%	17,31%	9,62%	17,31%	15,38%
5. Dívidas atrapalham a concentração no trabalho	34,62%	21,15%	3,85%	17,31%	23,08%
6. Já passei noites de sono perdidas por causa de dívidas	48,08%	11,54%	7,69%	21,15%	11,54%
7. Faltei ao trabalho para renegociar dívidas	69,23%	11,54%	3,85%	7,69%	7,69%
8. Tenho capacidade de administrar minhas finanças pessoais	1,92%	21,15%	5,77%	28,85%	42,31%
9. Converso sobre decisões financeiras com amigos e familiares	11,54%	15,38%	9,62%	44,23%	19,23%
10. Instituição de trabalho oferece programa de Educação Financeira	55,77%	5,77%	17,31%	11,54%	9,62%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Entre os 52 servidores pesquisados 7,69% declaram não ter compras parceladas. Cerca de 65,38% alegam possuir parcelas a pagar. Confrontando os resultados dos questionamentos sobre o atual nível de endividamento e se possuem compras parceladas, observa-se que 17,31% dos servidores afirmam não ter dívidas. Contudo, somente 4 responderam que não possuem compras parceladas. Dos 5 servidores restantes, 3 responderam “concordo um pouco” e 2 “discordo um pouco” a respeito das compras parceladas. Essas respostas contraditórias sinalizam a necessidade da difusão de temas referentes à educação financeira entre os funcionários.

A pesquisa realizada pelo BCB em parceria com a CNDL e o SPC Brasil (2019), destaca que somente 14,6% dos entrevistados afirmam corretamente que alguém endividado tem o pagamento de parcelas a vencer. A partir dos resultados obtidos verifica-se que 46,15% dos colaboradores concordam sobre ter feito renegociações de dívidas. Assim, o indivíduo assume compromissos que não cabem no orçamento, seja por imprevistos, seja por falta de planejamento ou impulsividade. Se há uma dívida a ser renegociada é sinal que algumas decisões erradas foram tomadas ou que não houve planejamento suficiente para situações imprevistas.

O Gráfico 1 revelou que 51,92% dos entrevistados têm o hábito de fazer o controle financeiro, destes 40,74% não discordam de já terem precisado renegociar dívidas. A pesquisa realizada pelo Banco do Brasil em parceria com a CNDL e o SPC Brasil (2019), revela que 87,8% dos pesquisados mudaram a forma de administrar os gastos depois de ficarem com o nome sujo, e apenas 8,9% não o fizeram. Levando em conta esses dados, justifica-se as informações contidas no questionamento 2 da tabela supracitada. A oferta de crédito, principalmente para o funcionário público, vem de uma forma fácil. O que muitos não sabem é que uma das grandes armadilhas para o endividamento é exatamente essa linha de crédito



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



disponibilizada, fazendo com que eles pensem que tendo dinheiro disponível em sua conta bancária podem incorporá-lo a renda mensal.

Os dados amostrados também indicam que 61,54% dos servidores discordam do uso do crédito para aumentar a renda. Verificou-se ainda a existência de um percentual considerável de 21,15% dos servidores estudados que incorporam o crédito à renda mensal. Os questionamentos pertinentes à influência do endividamento na qualidade do desempenho profissional visam identificar o absenteísmo e o presenteísmo nas instituições públicas de Cajazeiras. Os dados da pesquisa são apenas informações fornecidas pelos respondentes.

Os resultados revelam que 32,68% concordam que a situação financeira influencia no desempenho do trabalho. Uma porcentagem que merece um cuidado especial devido comprometer também a instituição, no mínimo, na prestação dos atendimentos. Em contrapartida, quando questionados sobre a relação dívidas *versus* concentração no trabalho 40,39% concordam que o desempenho fica comprometido quando está endividado. No questionamento 4 da Tabela 4 constatou-se que 57,69% afirmam que a situação financeira não influencia no trabalho. Contudo, desses 30 respondentes, tem-se que 4 concordam que dívidas atrapalham a concentração no trabalho. Logicamente, a situação financeira influencia no rendimento, diminuindo sua eficiência e sobrecarregando os colegas.

Dos dados apresentados, 32,69% concordam com a afirmativa que perdem o sono pensando em dívidas e como quitá-las. A insônia compromete não só a saúde física e mental, mas também o desempenho dos trabalhos na instituição. São vários os efeitos da falta de sono no organismo, sendo a perda de concentração um deles (GUNKEL, 2015). A ausência do funcionário acarreta diversos prejuízos à instituição, seja atrapalhar o andamento de projetos, transferir funções para os colegas sobrecarregando-os e diminuindo a eficiência dos trabalhos como um todo. Dos funcionários pesquisados, 15,38% assumem que já se ausentaram do trabalho para tratar de assuntos referentes a problemas financeiros.

A pesquisa sobre o estresse relacionado ao atendimento ao público (PACHECO; ROSA, 2016) presente na Literatura mostrou que 47% dos entrevistados apontam como fator individual que influencia o estresse os problemas financeiros. A Tabela 3 mostra o nível de estresse que o funcionário presume se encontrar, levando em consideração suas finanças e o nível de conhecimento em educação financeira que o respondente julga possuir.

Tabela 3 – Níveis: estresse considerando as finanças/ conhecimento em educação financeira

Questionamento	Muito alto	Alto	Médio	Baixo	Muito baixo
1. Nível de estresse levando em consideração as finanças	1,92%	3,85%	13,46%	51,92%	28,85%
2. Nível de conhecimento em Educação Financeira	1,92%	1,92%	67,31%	23,08%	5,77%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O item referente ao nível de estresse objetivou identificar entre os entrevistados os propensos a mudanças de comportamento (exemplo: irritabilidade, cansaço, tristeza, falta de concentração) devido às finanças para fazer uma relação das consequências no desempenho do servidor dentro da instituição. Pelos dados apresentados apenas 5,77% consideram-se estressados. Comparando as duas pesquisas pode-se considerar que o número de funcionários estressados mostrado na Tabela 3 é baixo. Contudo, generalizando se a cada 100 funcionários 6 estiverem com algum sintoma que comprometa o bom funcionamento da organização, o prejuízo financeiro é considerável. Além do cuidado com a qualidade de vida do servidor,



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FINANCEIRA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



ponto indiscutível, existe a necessidade de manter o padrão de excelência dos serviços prestados pelas instituições públicas estaduais.

Foram apresentados três questionamentos, os quais delineavam sobre o nível de conhecimento em educação financeira de cada respondente. O intuito era testar a autoconsciência do participante e verificar como ele se percebe em relação ao dinheiro. Os resultados ao questionamento sobre o nível de conhecimento em educação financeira mostram que 71,15% dos respondentes afirmam ter conhecimento muito alto, alto e médio; 23,08% baixo e 5,77% muito baixo. A Tabela 4 exibe um cruzamento entre o nível de conhecimento e de endividamento do funcionário pesquisado.

Tabela 4 – Distribuição dos servidores por nível de endividamento e de educação financeira

Nível de conhecimento em Educação Financeira	Nível de endividamento				
	Sem dívidas	Pouco endividado	Endividado	Muito endividado	Total
Muito alto	0	1,92%	0	0	1,92%
Alto	0	0	1,92%	0	1,92%
Médio	9,61%	50%	3,85%	3,85	67,31%
Baixo	5,77%	13,46%	3,85%	0	23,08,%
Muito baixo	1,92%	0	3,85%	0	5,77%
Total	17,30%	65,38%	13,47%	3,85	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Apesar de 67,31% dos entrevistados afirmar terem um conhecimento médio em educação financeira, quando distribuídos no nível de endividamento, representam a maior parcela de endividados e, destes, 3,85% estão muito endividados. Conforme OCDE (2005) as pessoas declararam ter conhecimento em questões financeiras, e ao tentarem responder questões relacionadas ao tema poucos acertavam. Diferentemente da pesquisa citada, a qual tratava de conhecimentos relacionados a instrumentos financeiros, esta pesquisa buscou capturar o nível de entendimento sobre educação financeira, abordando habilidades comportamentais, contudo verifica-se que os funcionários acreditam saber sobre os temas, porém se contradizem ao serem questionados.

Estes resultados assinalam que o maior conhecimento em educação financeira influencia na condição de menores níveis de endividamento. Entretanto, mesmo o funcionário sabendo lidar com o dinheiro, não se pode afirmar que ele, em algum momento da sua existência, não se endividará, uma vez que inúmeros fatores, além do conhecimento financeiro, podem influenciar o endividamento e, como visto anteriormente, os servidores não se preparam para eventuais emergências.

A maioria dos respondentes (42,31%) admitiu saber administrar as finanças pessoais. Contudo, das 22 pessoas que responderam “concordo plenamente”, aproximadamente 41%, quando questionadas a respeito do uso do 13º salário, responderam pagar dívidas. Assim, pode-se concluir que apesar desses servidores assegurarem que administram bem suas finanças o comportamento demonstrou certa incongruência. Dos servidores participantes da pesquisa, 26,72% discordam que conversam sobre finanças. Para que um indivíduo tenha o hábito de conversar sobre decisões financeiras precisa ter uma relação saudável com o dinheiro. O ser humano tem hábitos e, dentre estes, deveria incluir a cultura de falar sobre dinheiro, principalmente com a família. Desta forma, poderia identificar uma oportunidade financeira, por exemplo, investir ou empreender. Dos respondentes, apenas 19,23% afirmam ter o costume de conversar sobre decisões financeiras.



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Quando solicitados a responderem se a instituição pública que trabalham oferece aos funcionários algum tipo de programa, curso, palestra ou algum acompanhamento, através de especialistas, os respondentes assim opinaram: 55,77% responderam discordarem completamente; 5,77% discordam um pouco; 17,31% nem concordam nem discordam. Observou-se que apenas 21,16% concordam que as instituições oferecem algum meio para que os funcionários participem de estudos sobre Educação Financeira. Um percentual considerável de 61,54% não concorda com a afirmação. Tendo em vista os resultados, a inserção de programas, cursos, palestras, treinamentos etc., torna-se indispensável.

5 Conclusão

De modo geral, a implantação da educação financeira nas instituições públicas é relevante para a sociedade. Cabe a cada organização não se limitar apenas à palestras sobre finanças pessoais, mas contratar pessoas especializadas que possam fornecer subsídios aos funcionários no que diz respeito ao seu comportamento ao lidar com dinheiro, pois aprender sobre educação financeira e não conseguir colocar a aprendizagem em prática não mudará a realidade de endividamento do país. É necessário que o cidadão saiba reconhecer quando uma dívida é boa ou não, e conhecimentos em educação financeira possibilitam a compreensão do tipo de endividamento.

Com a implementação da BNCC nas escolas públicas e privadas de todo Brasil a partir deste ano, sistematizando pedagogicamente a educação infantil e ensino fundamental, os professores trabalharão a educação financeira com seus alunos. Diante dos resultados da pesquisa, constatou-se que realmente a situação financeira compromete o rendimento no trabalho. Mesmo que seja uma parcela relativamente pequena deve-se, entretanto, em estudos posteriores, buscar detectar a relação custo-benefício para a organização. Os servidores públicos parecem ser um grupo que carece de conhecimentos em temas relacionados a educação financeira. Assim, cursos e palestra, dentre outras ações, serão de grande valia para os servidores e seus familiares.

Em se tratando dos hábitos relativos ao planejamento financeiro pessoal foi evidenciado que quase a metade dos funcionários não controla seus gastos e estão fazendo compras no supermercado de forma desestruturada. Além disso, existe a fidelização a determinadas lojas. É perceptível a falta de planejamento financeiro pessoal quando metade dos respondentes afirma que a finalidade do 13º é para pagar dívidas já contraídas e demonstram dificuldade para pouparam ou terem reservas emergenciais. Verificou-se que uma parcela considerável dos colaboradores possui comprometimento com dívidas.

Os servidores amostrados afirmaram ter um conhecimento médio sobre educação financeira. Entretanto, as várias situações propostas e, até as **incongruências** nas respostas, revelaram que os mesmos não possuem um conhecimento suficiente principalmente os que deixaram transparecer a falta de planejamento financeiro, a forma desorganizada de fazer compras a fidelização a lojas, o alto percentual da renda comprometido com dívidas e o uso do 13º para pagamento de dívidas. Logo, apesar de assegurarem ter um bom domínio sobre finanças o real nível de conhecimento financeiro é precário sendo evidente o despreparo para educar os filhos financeiramente. Conseqüentemente, é muito importante a implantação de programas de educação financeira, por parte dos órgãos públicos responsáveis, nas repartições onde trabalham os servidores pesquisados bem como nas demais repartições aqui de Cajazeiras e porque não dizer em todas as cidades do estado da Paraíba.



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Relata-se que as dificuldades encontradas para a realização desta pesquisa ocorreram pelo fato da aplicação do questionário ter sido no mês de janeiro e os funcionários da educação estarem de férias, principalmente os docentes. Por outro lado, vários funcionários se negaram a responder, talvez com receio de se comprometer. Outro fato que evidencia este receio é que alguns respondentes apresentavam certa resistência para responder sobre a real situação financeira. Alguns até perguntavam se financiamento de casa e de automóvel é dívida e relatavam que não tinham dívidas, visto que todas as contas a pagar estavam dentro do orçamento mensal. **Assegurando a imparcialidade nenhuma opinião concernente aos questionamentos foi emitida.** Considerando explicações feitas quando da aplicação do questionário é possível afirmar que urge uma abordagem sobre os temas relacionados à finanças, sendo perceptível que o funcionário tem um conhecimento superficial e deixa transparecer que ele próprio está se enganando.

Acredita-se que o tema em estudo é de grande importância para a administração pública, para a economia e, por conseguinte, do país. Para estudos futuros é interessante pesquisar o impacto que a situação financeira de um servidor provoca no seu desempenho profissional de uma forma mais minuciosa e metódica, fazendo observações e constatações, visando retratar o absenteísmo e o presenteísmo nas organizações públicas ou privadas. Também pode ser importante pesquisar servidores de instituições que já adotem ações de disseminação do conhecimento em educação financeira, para controlar os resultados. Esta pesquisa também pode ser replicada em nível estadual, ou de empresas privadas, fornecendo condições que possibilite um estudo mais aprofundado.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCADORES FINANCEIROS (ABEFIN), 2018. Disponível em: <<https://abefin.org.br/colaboradores-dificuldades-financeiras/>> Acesso em: 25 de fev. de 2020.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL (AEF – Brasil). **Educação Financeira nas Escolas**: Ensino Médio – Bloco 1. Brasília – DF: CONEF, 2013. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/em-livro1/>> Acesso em: 9 de mar. de 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE (ANEFAC), 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2016/11/81-dos-brasileiros-pretende-usar-13-salario-para-pagar-dividas-diz-anefac.html>> Acesso em: 22 de jan. de 2020.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Caracterização do território de Cajazeiras**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/cajazeiras_pb> Acesso em: 25 de fev. de 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB); CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS (CNDL); SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC Brasil). **Educação financeira**: orçamento pessoal e endividamento, 2019.



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FINANCEIRA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



BRUNI, A. L. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CERBASI, G. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Editora Gente, 2004.

CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira**: Inteligência financeira pessoal na prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CERBASI, G. **Dinheiro**: Os segredos de quem tem – como conquistar e manter sua independência financeira. São Paulo: Editora Gente, 2010.

COOPER, D. R. SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

COUTINHO, L.; PADILHA, H.; KLIMICK, C. **Educação financeira**: como planejar, consumir, poupar e investir. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS (CNDL); SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC Brasil). **67% dos brasileiros não conseguem poupar**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/09/26/67percent-dos-brasileiros-nao-conseguem-poupar-dinheiro-aponta-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 24 de jan. de 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS (CNDL); SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC Brasil). **Dívidas com bancos representam mais da metade das pendências de negativados, aponta indicador CNDL/SPC Brasil**. Disponível em:<<http://site.cndl.org.br/dividas-com-bancos-representam-mais-da-metade-das-pendencias-de-negativados-aponta-indicador-cndlspc-brasil/>> Acesso em: 10 de mar. de 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS (CNDL); SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC BRASIL). **Após 2 meses de queda, inadimplência cresce em janeiro e atinge 61,3 milhões de brasileiros**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/02/14/apos-2-meses-de-queda-inadimplencia-cresce-em-janeiro-e-atinge-613-milhoes-de-brasileiros.ghtml>> Acesso em: 10 de mar. de 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS (CNDL); SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC Brasil); MEU BOLSO FELIZ. **O conceito de endividamento e as consequências da inadimplência**, 2016. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_dividas.pdf> . Acesso em: 20 de abr. de 2020.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM); COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS EDUCACIONAL (CVM EDUCACIONAL); ESCOLA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Crédito e endividamento**, 2018. Disponível em: <https://www.investidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/menu/Men_u_Academico/Programa_Bem-Estar_Financeiro/Apostilas/apostila_02-bef-credito.pdf>. Acesso em: 20 de abr. de 2020.



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FINANCEIRA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



- D'AQUINO, C. **Educação financeira**: como educar seu filho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- GOODMAN, J. E. **Descubra sua personalidade financeira**. Use seu estilo de lidar com o dinheiro para criar uma vida de prosperidade. Rio de Janeiro: Best Seller, 2008.
- GUNKEL, N. **As 5 piores consequências da falta de sono para sua carreira**. Exame, 2015. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/as-5-piores-consequencias-da-falta-de-sono-para-sua-carreira/>> Acesso em: 7 de mar. de 2020.
- HALFELD, M. **Investimentos**: como administrar melhor seu dinheiro. São Paulo: Fundamento Educacional, 2008.
- HANSON, Jon. **Dívida boa, dívida ruim: saber a diferença pode salvar a sua vida financeira**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cajazeiras/panorama>>. Acesso em 23 de jan. 2020.
- KIYOSAKI, Robert T. **Independência financeira**: O guia do pai rico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.
- KIYOSAKI, Robert T. **O poder da educação financeira**: lições sobre dinheiro que não se aprendem na escola. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- LIGOCKI, C. S. L. **Educação financeira na escola**: com empreendedorismo, ética, sustentabilidade e cidadania. 6. ed. Brasília: Oficina, 2015.
- LOPES, A.; ROLLEMBERG, G. **Educação financeira & consumo consciente**. Curitiba: Divulgação Cultural, 2017.
- LUSARDI, A. **Financial literacy and financial education**: Review and policy implications. NFI Policy Brief, No. 2006-PB-11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.923437>
- KAPPLER, L.; LUSARDI, A. **Financial literacy and financial resilience**: Evidence from around the world. Financial Management. 2019, p.1–26.
- MARQUES, M. M.; FRADE, C. **Regular o sobreendividamento**. Gabinete de Política Legislativa e Planejamento do Ministério da Justiça (Ed.), Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.
- MARTINS, J. P. **Educação Financeira ao alcance de todos**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2004.
- MARTINS, J. P. **Seu futuro**: Educação financeira e atitudes para conquistar sua independência. 1. ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2011.



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FINANCEIRA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



MASSARO, A. **A importância da educação financeira nas empresas**. 2010. Disponível em: <<https://empreendedor.com.br/noticia/importancia-da-educacao-financeira-nas-empresas/>>. Acesso em 21 de jan. de 2020.

MELLO, F.C.V. de. **A proteção do sobre-endividado no Brasil: à luz do direito comparado**. Revista Luso Brasileira de Direito do Consumo. v.1, n.2, junho de 2011. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/read/15275321/a-protecao-do-sobre-endividado-no-brasil-bonijuris>>. Acesso em 19 de abr. de 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recomendação sobre os princípios e as boas práticas de educação e conscientização financeira**. Julho, 2005. Disponível em: <[https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf)>. Acesso em: 21 de jan. de 2020.

PACHECO, V. A.; ROSA, A. C. A. **Estresse: fatores e o grau de influência decorrente do atendimento ao público: estudo de caso em um Centro Clínico**. Revista Universitas Gestão e TI, Brasília, v. 6, n. 2, p. 17-31, jul./Dez. 2016. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicasuniceub.br>> Acesso em: 7 de mar. de 2020.

PREGARDIER, A. P. M. **Educação financeira – jogos para sala de aula: a abordagem lúdico-vivencial de formação de hábitos**. Porto Alegre: Intus Forma: AGE, 2015.

QEDU. **Plataforma Qedu**. Disponível em: www.qedu.org.br/. Acesso em: 18 de abr. de 2020.

SANTOS, G. L. C.; SANTOS, C. S. **Rico ou pobre: uma questão de educação**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

SOUSA, A. F. TORRALVO, C. F. **Aprenda a administrar o próprio dinheiro: coloque em prática o planejamento financeiro pessoal e viva com mais liberdade**. São Paulo: Saraiva, 2008.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FINANCEIRA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



- b. () Pago dívidas
- c. () Invisto o valor integral
- d. () Invisto cerca de 20% do valor e o restante gasto de uma forma qualquer
- e. () Utilizo no período de férias para viajar

09. No caso de perda total dos rendimentos, por quanto tempo você conseguiria manter o atual padrão de vida utilizando as economias?

- a. () Menos de 1 mês
- b. () De 01 a 03 meses
- c. () De 03 a 06 meses
- d. () De 07 a 10 meses
- e. () Mais de 10 meses

10. Qual percentual da sua renda costuma poupar por mês?

- a. () De 0 a 5%
- b. () De 6% a 10%
- c. () De 11% a 15%
- d. () De 16% a 20%
- e. () Mais de 20%

11. Qual o percentual da renda líquida mensal total está comprometido atualmente com dívidas mensais, como cartões de crédito, carnês de loja, empréstimo pessoal e prestações de financiamento?

- a. () De 0% à 20%
- b. () De 21% à 40%
- c. () De 41% à 60%
- d. () De 61% à 80%
- e. () Mais de 80%

12. Qual o nível de endividamento que você se encontra atualmente?

- a. () Sem dívidas
- b. () Pouco endividado
- c. () Endividado
- d. () Muito endividado

13. Posso compras parceladas?

- a. () Discordo completamente
- b. () Discordo um pouco
- c. () Nem concordo, nem discordo
- d. () Concordo um pouco
- e. () Concordo plenamente

14. Já tive que renegociar prestações/ dívidas.

- a. () Discordo completamente
- b. () Discordo um pouco
- c. () Nem concordo, nem discordo
- d. () Concordo um pouco



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FINANCEIRA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



e. () Concordo plenamente

15. Uso cheque especial, cartão de crédito ou outras linhas de crédito como forma de aumentar a minha renda mensal.

- a. () Discordo completamente
- b. () Discordo um pouco
- c. () Nem concordo, nem discordo
- d. () Concordo um pouco
- e. () Concordo plenamente

16. Minha situação financeira influencia no rendimento do meu trabalho.

- a. () Discordo completamente
- b. () Discordo um pouco
- c. () Nem concordo, nem discordo
- d. () Concordo um pouco
- e. () Concordo plenamente

17. Quando estou preocupado com dívidas isso chega a atrapalhar minha concentração no trabalho.

- a. () Discordo completamente
- b. () Discordo um pouco
- c. () Nem concordo, nem discordo
- d. () Concordo um pouco
- e. () Concordo plenamente

18. Já passei noites de sono perdidas por causa de dívidas.

- a. () Discordo completamente
- b. () Discordo um pouco
- c. () Nem concordo, nem discordo
- d. () Concordo um pouco
- e. () Concordo plenamente

19. Já precisei faltar ao trabalho para resolver problemas referentes a dívidas ou renegociações em banco.

- a. () Discordo completamente
- b. () Discordo um pouco
- c. () Nem concordo, nem discordo
- d. () Concordo um pouco
- e. () Concordo plenamente

20. O meu nível de estresse atualmente levando em consideração as finanças está:

- a. () Muito alto
- b. () Alto
- c. () Médio
- d. () Baixo
- e. () Muito baixo



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FINANCEIRA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



21. Meu nível de conhecimento em Educação Financeira é:
- a. () Muito alto
 - b. () Alto
 - c. () Médio
 - d. () Baixo
 - e. () Muito baixo
22. Em relação as minhas finanças pessoais sinto-me capaz de administrá-las perfeitamente.
- a. () Discordo completamente
 - b. () Discordo um pouco
 - c. () Nem concordo, nem discordo
 - d. () Concordo um pouco
 - e. () Concordo plenamente
23. Costumo conversar sobre decisões financeiras com amigos e familiares.
- a. () Discordo completamente
 - b. () Discordo um pouco
 - c. () Nem concordo, nem discordo
 - d. () Concordo um pouco
 - e. () Concordo plenamente
24. No que se refere à Educação Financeira, a instituição pública que trabalho oferece aos funcionários algum tipo de programa, curso, palestra ou algum acompanhamento através de especialistas.
- a. () Discordo completamente
 - b. () Discordo um pouco
 - c. () Nem concordo, nem discordo
 - d. () Concordo um pouco
 - e. () Concordo plenamente

APÊNDICE B: Termo de consentimento

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado servidor público do estado da Paraíba

Esta pesquisa intitula-se: **“A difusão da educação financeira entre os servidores públicos do município de Cajazeiras-PB”** e está sendo desenvolvida pelo Curso de



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FINANCEIRA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



Especialização em Educação Financeira (CEEF) em EAD da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, sob a responsabilidade do professor Dr. Bruno Ferreira Frascaroli.

Trata-se de uma pesquisa estritamente científica cujo objetivo principal é fornecer algumas evidências empíricas sobre a relação entre o nível de conhecimento em educação financeira e o controle das finanças pessoais dos servidores públicos da rede estadual no município de Cajazeiras – PB.

A fim de realizar a referida pesquisa, convido vossa senhoria para participar respondendo ao questionário estruturado. Solicito também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e até mesmo em publicações diversas.

Por ocasião da publicação dos resultados, os nomes dos participantes serão mantidos em sigilo. Saliento que essa pesquisa apresenta alguns riscos, ainda que mínimos ou não imediatamente previsíveis. De antemão, asseguro que haverá o acompanhamento do pesquisador responsável, com o objetivo de minimizar e trabalhar essas questões, caso ocorram e sejam identificadas.

Esclareço, ainda, que a participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador, podendo não participar do estudo, ou, resolver a qualquer momento, desistir do mesmo, sem acarretar danos.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e participarei da pesquisa, estando ciente que os resultados do estudo serão publicados em eventos/congressos. Estou ciente, também, que receberei uma cópia desse documento.

Cajazeiras, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Participante/Instituição de trabalho